



## PODER

# Relatório da CPMI mira 216 pessoas

Comissão sobre fraudes em benefícios do INSS pede o indiciamento de Vercaro, do filho de Lula, de parlamentares e ex-ministros

» VICTOR CORREIA  
» DANANDRA ROCHA  
» ALÍCIA BERNARDES

Após sete meses de investigação, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS chegou ao fim com a leitura do relatório final, apresentado pelo deputado Alfredo Gaspar (PL-AL) ontem. O documento, com mais de 4 mil páginas, sugere o indiciamento de 216 pessoas e descreve um esquema de fraudes em benefícios previdenciários operado de forma organizada e contínua. Até o fechamento desta edição, o texto não havia sido votado.

Segundo Gaspar, as irregularidades cometidas contra contas de aposentados e pensionistas não eram pontuais, mas estruturadas em núcleos com funções definidas. O texto lista crimes como estelionato, organização criminosa, falsidade ideológica, fraude eletrônica e prevaricação. A sessão, porém, foi turbulenta. Incluiu embates entre oposição e governo, que apresentou um relatório alternativo (leia reportagem ao lado), e houve até acusações de estupro contra Gaspar.

Entre os citados no relatório da CPMI estão políticos, ex-ministros e dirigentes de órgãos públicos. Figuras na lista o empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master, e os ex-ministros José Carlos Oliveira e Carlos Lupi. Também aparecem nomes como Weverton (PDT-MA), Gorete Pereira e o ex-deputado Euclides Pettersen (Republicanos-MG).

O senador Weverton contestou a inclusão do nome dele e afirmou, em nota, que o relatório não apresenta elementos mínimos que sustentem qualquer acusação. “Não há qualquer ato identificado que indique participação (...) nem menor indício de recebimento de valores”, disse.

A sessão foi marcada por entraves técnicos logo no início. Parlamentares relataram dificuldades para acessar o relatório no sistema do Senado devido ao tamanho do arquivo. O presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), suspendeu por 15 minutos os trabalhos até que todos conseguissem consultar o documento. Viana indicou que a leitura seguiria “pelo tempo necessário”, com possibilidade de avançar pela madrugada.

O relatório descreve uma engrenagem que envolvia operadores financeiros, entidades e suporte tecnológico para viabilizar descontos indevidos em aposentadorias e pensões. Ao longo dos meses de trabalho, a CPMI determinou quatro prisões em flagrante por falso testemunho e omissão de informações, reforçando a gravidade das suspeitas.

Também foram incluídos nomes como o ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto, dirigentes da Dataprev e operadores apontados como peças-chave no funcionamento do esquema.

### Bate-boca

O ambiente de conflito entre os parlamentares se iniciou antes da leitura. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) interrompeu a apresentação com críticas ao relator, dando início a uma troca de ofensas que elevou o tom da sessão.

Durante a apresentação inicial, Gaspar leu uma poesia como introdução ao relatório, o que gerou reação imediata de Lindbergh. O petista criticou o tom adotado

Geraldo Magela/Agência Senado



O relatório do deputado Alfredo Gaspar tem mais de quatro mil páginas: sessão tumultuada no Senado seguiu noite adentro

Geraldo Magela/Agência Senado



Gaspar (E) bateu boca com Lindbergh Farias, com acusações de ambos os lados, antes da leitura do relatório final da comissão

Geraldo Magela/Agência Senado



**É certo que, para um esquema dessa magnitude perdurar por diferentes governos com distintos espectros políticos, é necessário um amplo apoio político e estratégico para a perpetração das fraudes, evidenciando a importância da dimensão do conluio”**

Trecho do relatório

### » Frei Chico

O relatório não pediu o indiciamento do sindicalista José Ferreira da Silva, o Frei Chico, irmão de Lula. Vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindinapi-FS), ele foi citado como dirigente de uma das entidades mais beneficiadas com descontos associativos ilegais. Contudo, não foi apontada participação direta ou condutas ilícitas pessoais dele nos desvios.

pelo relator e questionou a condução da sessão. Em meio às críticas, dirigiu ofensas ao colega, classificando a apresentação como um “circo”.

A tensão aumentou quando, segundo relatos da sessão, Lindbergh chamou o relator de “estuprador”. A declaração provocou reação imediata de Gaspar, que rebateu com novas acusações e elevou o tom do confronto diante dos demais integrantes da comissão.

Com o embate, a leitura do relatório foi interrompida por alguns minutos. A situação foi contornada após intervenção do presidente da CPMI, que buscou restabelecer a ordem e repreendeu a fala de Lindbergh, classificando a acusação como grave e inadequada ao ambiente parlamentar.

Além da fala, o petista e a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) protocolaram uma notícia de fato na Polícia Federal, ontem, contra Gaspar, com pedido de sigilo, relatando uma possível violência sexual contra uma menina de 13 anos, que teria engravidado e tido uma filha do deputado, além de

pagamentos para tentar comprar o silêncio de testemunhas.

### Defesa

O relator, por sua vez, negou as acusações. Questionado por jornalistas, alegou que os governistas querem desviar o foco do relatório, disse que a menina citada nas acusações, que teria nascido de uma relação forçada e fora do casamento, é filha de seu primo, e não sua. Negou ainda que tenha ocorrido qualquer tipo de relação não consensual. “O que eles estão querendo agora é tirar a atenção de vocês, da imprensa, com uma história absolutamente inverossímil, capciosa, cretina, canalha”, disse o parlamentar. Ele afirmou ainda que acionou o Conselho de Ética contra Lindbergh e que vai buscar ações na Justiça também.

Oficialmente, a CPMI acaba hoje. O colegiado tentou prorrogar os trabalhos, mas foi ignorado pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP). A cúpula da comissão recorreu, então, ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas a Corte rejeitou estender os trabalhos.

## Bolsonaro em parecer

Parlamentares da base do governo Lula apresentaram, na noite de ontem, parecer alternativo ao do relator da CPI do INSS, deputado Alfredo Gaspar (PL-AL). No documento, pedem o indiciamento de 130 pessoas, entre elas o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Os governistas — que são maioria na comissão — atribuem a Bolsonaro crimes como organização criminosa, improbidade e furto qualificado contra idosos. O relatório afirma que ele “exerceu papel central na configuração do ambiente institucional que viabilizou a fraude no INSS”.

O texto cita MP de 2019 que passou de anual para trienal as autorizações para descontos associativos e decreto de 2020 que ampliou o conceito de associação que poderia ser beneficiada com descontos associativos.

Sobre Flávio, o texto paralelo afirma que o indiciamento se justificaria por causa de sua sócia em escritório de advocacia. Letícia Caetano dos Reis é irmã de Alexandre Caetano dos Reis, ex-sócio do Careca do INSS.

Em outro movimento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exonerou o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD-MT), para garantir um voto na CPI. Fávaro reassumiu o mandato no Senado e deixou na suplência Margareth Buzetti (PP-MT), que poderia votar contra o governo. O senador Beto Faro (PT-PA) ocupou o lugar da senadora na CPI.

### Campanhas

Ao apresentar o documento, o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), um dos autores, afirmou que o esquema de desvio de verbas do INSS beneficiou a campanha de Bolsonaro, do ex-ministro Onyx Lorenzoni e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

“Jair Bolsonaro é o cérebro desta organização criminosa, e nós vamos propor o indiciamento dele por organização criminosa, vamos propor por improbidade administrativa e também por furto qualificado de idosos”, disse Pimenta. “Nós não temos dúvida, a partir de tudo aquilo que foi investigado: Jair Messias Bolsonaro é o chefe do esquema criminoso que roubou bilhões de reais dos aposentados e aposentadas. Dinheiro roubado pelo governo Bolsonaro e devolvido para os aposentados e aposentadas pelo governo do presidente Lula.”

Em nota, Flávio, citado no relatório governista, sustentou que a medida é uma tentativa “desesperada” de livrar o presidente Lula e o filho, Lulinha, do escândalo. “Os dois têm responsabilidade direta no caso das aposentadorias roubadas. Não à toa, Lula tirou o filho do país às pressas, e tentou encerrar as investigações da CPMI. Se existe uma organização criminosa nesse caso, o capo (líder mafioso) está sentado na principal cadeira do Palácio do Planalto”, disparou o senador, pré-candidato à Presidência.